

O USO DE CELULARES NA ESCOLA SOB A PERSPECTIVA DA GESTÃO: DESAFIOS PEDAGÓGICOS E LIMITES LEGAIS PARA O LETRAMENTO DIGITAL

Andrea Verbena Clementino Rodrigues Barbosa
Centro Universitário UNICARIOCA
Email: verbenaclementino@gmail.com

Adriana da Silva Lisboa Tomaz
Centro Universitário UNICARIOCA
atomaz@unicarioca.edu.br

Tirza Quirino Roza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO)
Email: tirzaroza@gmail.com

Maria Vanderlene Feitosa De Sousa Formiga
Universidad Internacional Tres Fronteras (UNINTER)
Email: derlene25@hotmail.com

Introdução e Problemática

Vivemos em uma era marcada pela transformação digital e pela ubiquidade das tecnologias da informação. Nesse cenário, a educação é chamada a reinventar-se, enfrentando desafios que envolvem não apenas a adoção de novas ferramentas, mas também o repensar de práticas pedagógicas, legislações e estruturas curriculares. As transformações tecnológicas nas últimas décadas têm provocado reconfigurações profundas nas formas de produção, circulação e apropriação do conhecimento, impactando diretamente o campo educacional. Nesse cenário, a presença dos dispositivos móveis, especialmente os smartphones, no cotidiano escolar evidencia tensões entre práticas pedagógicas tradicionais e as demandas emergentes de uma cultura digital marcada pela conectividade, interatividade e instantaneidade. Sobre o tema Manuel Castells, enfatiza que vivemos em uma sociedade em rede, na qual as tecnologias da informação não apenas mediam, mas estruturam as relações sociais e os processos de aprendizagem.



A escola, enquanto instituição social historicamente situada, enfrenta o desafio de ressignificar seus processos formativos diante de sujeitos que já se constituem em ambientes digitalmente mediados. Nesse contexto, o uso de celulares em sala de aula torna-se um ponto de inflexão, ao mesmo tempo em que representa uma potencial ferramenta pedagógica para o desenvolvimento do letramento digital, também suscita preocupações relacionadas à dispersão, à indisciplina e à superficialidade no acesso à informação. Para Pierre Lévy, a cibercultura inaugura novas formas de construção coletiva do conhecimento, exigindo da educação a incorporação de práticas mais colaborativas e interativas.

Do ponto de vista da gestão escolar, esse cenário é ainda mais complexo, uma vez que envolve a mediação entre normativas institucionais, legislações educacionais e as demandas concretas do cotidiano escolar. Observa-se que, no contexto brasileiro, as orientações legais acerca do uso de dispositivos móveis nas escolas apresentam lacunas, ambiguidades ou caráter genérico, o que transfere para as unidades escolares e seus gestores a responsabilidade de regulamentar práticas que nem sempre são suficientemente compreendidas em sua dimensão pedagógica e formativa.

Assim, o desafio não se restringe à autorização ou proibição do uso de celulares, mas à construção de práticas pedagógicas mediadas que promovam o desenvolvimento de competências digitais significativas. Diante desse contexto, emerge a necessidade de investigar como a gestão escolar tem enfrentado as tensões entre regulação, prática pedagógica e inovação tecnológica, especialmente no que se refere ao uso de celulares em sala de aula. Tal investigação justifica-se pela relevância de compreender em que medida as lacunas legais impactam as decisões institucionais e como essas decisões influenciam a promoção ou a limitação do letramento digital no ambiente escolar.

DESENVOLVIMENTO

A presente pesquisa, em fase de desenvolvimento, tem como lócus o Centro de Ensino Médio 01 do Gama, no Distrito Federal, e busca analisar como a gestão escolar tem enfrentado as lacunas legais e os desafios pedagógicos relacionados ao uso de celulares em sala de aula, considerando suas implicações para o letramento digital dos



estudantes. O estudo se ancora no objetivo geral de compreender como as decisões da gestão influenciam práticas pedagógicas e processos formativos em um contexto marcado pela presença constante das tecnologias digitais.

O relato de experiência evidencia que o uso de celulares no ambiente escolar constitui uma realidade consolidada entre os estudantes, que utilizam os dispositivos tanto para fins pessoais quanto, eventualmente, pedagógicos. No entanto, observa-se que a ausência de normativas claras e específicas gera insegurança na tomada de decisões por parte da gestão escolar, que oscila entre práticas de restrição e tentativas pontuais de integração pedagógica.

No âmbito da gestão, um dos principais desafios identificados refere-se à elaboração de regras institucionais que consigam equilibrar o controle disciplinar e o potencial educativo dos dispositivos móveis. A equipe gestora relata dificuldades em estabelecer diretrizes consensuais, especialmente diante de posicionamentos divergentes entre professores, alguns dos quais defendem a proibição total dos celulares, enquanto outros buscam incorporá-los como ferramentas didáticas. Essa tensão evidencia a necessidade de formação continuada e de referenciais mais consistentes que orientem a tomada de decisão.

Sob a perspectiva docente, o relato aponta que muitos professores ainda se sentem despreparados para integrar o uso dos celulares às práticas pedagógicas de forma significativa. Entre os desafios mencionados, destacam-se a dificuldade em manter o foco dos estudantes, o receio quanto ao uso inadequado dos dispositivos e a ausência de estratégias metodológicas que articulem o conteúdo curricular ao uso das tecnologias digitais. Ainda assim, há experiências pontuais em que o celular é utilizado para pesquisas, produção de conteúdos e atividades interativas, indicando possibilidades de avanço nesse campo.

Do ponto de vista dos estudantes, o celular é percebido como uma extensão de suas práticas cotidianas, sendo frequentemente associado à comunicação, ao entretenimento e ao acesso rápido à informação. No entanto, observa-se que o uso desses dispositivos nem sempre está acompanhado de uma postura crítica ou reflexiva, o que reforça a importância do desenvolvimento do letramento digital no contexto escolar.



Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter interpretativo, sendo orientada pelos pressupostos da pesquisa de natureza estudo de caso, por permitir uma análise aprofundada do contexto específico da instituição investigada. Como procedimentos de produção de dados, estão sendo utilizadas observações do cotidiano escolar, entrevistas semiestruturadas com gestores e professores, além de rodas de conversa com estudantes, possibilitando a compreensão das múltiplas percepções e práticas relacionadas ao uso de celulares na escola.

Os resultados parciais indicam que a problemática não se limita à presença dos dispositivos móveis, mas envolve, sobretudo, a forma como a gestão escolar interpreta e regula seu uso em um cenário de lacunas legais. Evidencia-se que a ausência de diretrizes claras tende a gerar práticas fragmentadas, que ora restringem, ora permitem o uso dos celulares, sem uma intencionalidade pedagógica consolidada. Nesse sentido, a experiência em curso revela a necessidade de construção coletiva de políticas institucionais que articulem gestão, prática docente e formação para o uso crítico das tecnologias.

CONCLUSÕES

A análise desenvolvida, ainda em caráter parcial, evidencia que o uso de celulares no contexto escolar, longe de constituir apenas um problema disciplinar, configura-se como um fenômeno complexo que envolve dimensões normativas, pedagógicas e culturais. Os dados produzidos até o momento indicam que a ausência de diretrizes claras contribui para a adoção de práticas heterogêneas no interior da escola, marcadas por oscilações entre a proibição e a utilização pontual dos dispositivos móveis, sem uma política institucional consolidada, o que impacta diretamente o trabalho docente e limita a construção de práticas pedagógicas para letramento digital, conforme discutido por Magda Soares, ao compreender o letramento como prática social que exige mediação crítica.

Dessa forma, conclui-se que os desafios enfrentados pela gestão escolar não se restringem à regulamentação do uso de celulares, mas envolvem a construção de uma cultura institucional que reconheça as tecnologias digitais como parte integrante dos



processos de ensino e aprendizagem. A pesquisa, ainda em andamento, aponta para a necessidade de elaboração de políticas escolares mais consistentes, articuladas à formação continuada dos docentes e à promoção de práticas pedagógicas que favoreçam o uso crítico, ético e significativo dos dispositivos móveis, estudo apresenta relevância ao contribuir para o debate sobre gestão escolar e cultura digital, indicando caminhos possíveis para a superação de práticas restritivas e para o fortalecimento de uma educação comprometida com o desenvolvimento do letramento digital. Os resultados parciais já sinalizam a importância de investigações mais aprofundadas sobre o tema, especialmente no que se refere à articulação entre legislação, gestão e práticas pedagógicas no contexto da educação básica.

Referências

- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- MORAN, José Manuel. *A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá*. 5. ed. Campinas: Papirus, 2013.
- LIVINGSTONE, Sonia. *Children and the Internet: great expectations, challenging realities*. Cambridge: Polity Press, 2009.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília: MEC, 2018.

